

Constituição Do Campo-Objeto De Estudo Da Ciência Da Informação: As Condições Do Novo Regime De Informação

The Constitution Of The Field-Object Of Study Of The Information Science: The Conditions Of The New Information System

Luzia Góes Camboim

Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba
Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba
Professora da Universidade Federal da Paraíba
E-mail: luzia@ct.ufpb.br

Edivanio Duarte de Souza

Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais
Professor da Universidade Federal de Alagoas
E-mail: edivanioduarte@gmail.com

Maria das Graças Targino

Pós-Doutorado em Jornalismo pelo Universidad de Salamanca
Doutorado em Ciências da Informação Universidade de Brasília
Professora da Universidade Federal da Paraíba
E-mail: emelinebrasil@yahoo.com.br

Endereço: Luzia Góes Camboim

Universidade Federal da Paraíba, Centro de Tecnologia - Campus I. Centro de Tecnologia - Departamento de Engenharia de Produção - Campus Universitário I - Bloco G Castelo Branco - João Pessoa, PB - Brasil

Endereço: Edivanio Duarte de Souza

Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Curso de Graduação em Biblioteconomia. Campus A. C. Simões, BR 104-Norte, km 97 Tabuleiro dos Martins - Maceió, AL Brasil

Endereço: Maria das Graças Targino

Rua Aviador Irapuan Rocha, 2101 apto 501 Bairro Jóquei Clube 64049-518 Teresina – Piauí, Brasil

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 27/04/2015. Última versão recebida em 19/05/2015. Aprovado em 20/05/2015.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação.

RESUMO

Os modelos informacionais observados nas sociedades, que contemplam atores, organizações, ações e políticas de informação, são influenciados pelos regimes de informação vigentes. O presente trabalho objetiva empreender reflexão acerca da influência do atual regime de informação, marcado pela presença de novos atores como mercado e setor produtivo, sobre a constituição do campo-objeto de estudo da Ciência da Informação, traduzido em especial pelos objetos e delimitações presentes nas pesquisas da área. Tal influência pode ser percebida na revisão de literatura que indica o surgimento, a partir desse novo regime, de outro modelo de produção científica, mais pragmático e relacionado a interesses comerciais e empresariais. Para isso, empreendeu-se pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, observando-se que, embora se tenha identificado um anseio da área em adaptar suas pesquisas às demandas de novo regime, muitos autores defendem que nem todos os esforços devem ser dirigidos a pesquisas com finalidades práticas, devendo haver espaço para aquelas que visem à consolidação do arcabouço teórico-epistemológico da área.

Palavras-chave: Campo-objeto de estudo. Ciência da Informação. Regime de Informação.

ABSTRACT

The informational models observed in the societies, which include actors, organizations, actions and information policies are influenced by current information systems. This paper aims to undertake reflection on the influence of the current information system, marked by the presence of new actors as market and production sector, on the constitution of the object field of study of Information Science, translated especially for objects and boundaries present in the researches of the area. Such influence can be observed in the literature review that indicates the emergence, from this new system, of another scientific production model, more pragmatic and related to commercial and business interests. For this, it was undertaken an exploratory and bibliographical research. At that moment, it was identified a tendency in the area in order to adapt their research to the demands of the new system. But, in the other hand, many authors argue that not all efforts should be directed to research with practical purposes. It should have space for researches which intend to consolidate the theoretical and epistemological framework of the area.

Keywords: Study field-object. Information Science. Information system.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) vivencia, desde seu surgimento, sérias discussões em torno de sua identidade, a começar pela delimitação de seu campo e de seu objeto de estudo. Em que pese o fato do tratamento diferenciado frequentemente direcionado ao estudo do fenômeno informação, discussões acerca de sua delimitação epistemológica, considerando campo e objeto de estudo como entes constitutivos, permanecem presentes em estudos desenvolvidos na área. Debate entre autores e pesquisadores da área apresenta-se rico, porém, muitas vezes, revestido de contradições, tanto no plano conceitual quanto no plano epistemológico. A vasta gama de definições para o que se denomina informação é um exemplo deste fato.

A partir da ideia de regime de verdade de Foucault (2005a, 2005b), as pesquisas na área têm se debruçado sobre o chamado regime de informação, definido por Frohmann (1995) como atores, instituições, veículos e cenários temporais e espaciais que configuram um determinado ordenamento de ações e políticas de informação. Na mesma linha de pensamento, González de Gómez (2003) ratifica que o regime de informação caracteriza o modelo informacional dominante numa sociedade – sujeitos, organizações, regras e autoridades informacionais, além de meios e recursos preferenciais de informação.

Neste sentido, interessa refletir sobre a influência desse regime de informação vigente, quando se observa a conformação do campo e a delimitação do objeto de estudo da área, uma vez que este regime caracteriza o contorno das forças políticas sobre o campo. Justifica-se a relevância dessas reflexões sobre a contextualização das condições epistemológicas da CI, na medida em que a clareza de definições e delimitações num campo científico enriquece sua existência, posto que sedimenta as disciplinas que a compõem e possibilita melhor articulação das relações disciplinares com outros ramos do saber.

É preciso considerar que o campo científico, segundo Bourdieu (1983), é um campo social como outro qualquer, onde se concorre pelo monopólio da autoridade científica, ou seja, pela capacidade de falar e agir legitimamente sobre determinado assunto. Nele, os conflitos são políticos e intelectuais, e o que se apresenta como importante e interessante corresponde àquilo que é reconhecido como tal pelos outros membros da comunidade científica, vertendo as escolhas dos pesquisadores para temas que lhes tragam algum lucro simbólico, ou seja, para problemas considerados relevantes para a área.

Essa definição do que a comunidade científica considera importante é, portanto, fortemente influenciada pelos regimes de informação em vigor, que condicionam aspectos,

como fomento à pesquisa e apoio estrutural, entre outros, e acabam influenciando nas conformações de campo e objeto de estudo de determinada área. Nessa perspectiva, Marteleto (2009) chama atenção para o conceito de reflexividade, termo cunhado por Bourdieu (1983), que define a necessidade de se analisar a ciência historicamente e sociologicamente, permitindo a compreensão dos mecanismos sociais que orientam a prática científica, bem como a estrutura e a dinâmica de seu campo disciplinar.

O presente artigo sugere reflexões em torno da temática de maneira a entender que, mesmo numa primeira aproximação, pode ocorrer o fato de o regime de informação vigente influenciar na conformação do campo-objeto de estudo da Ciência da Informação, bem como na identificação dos aspectos influenciados a partir de tal regime. Para a consecução do objetivo, optou-se por revisão bibliográfica e de literatura em suportes variados, abrangendo temas ligados à Epistemologia e à pesquisa em Ciência da Informação, de forma a coletar subsídios tomando como referenciais as bases da ciência moderna, de modo amplo, e o argumento do conhecimento do criado, de forma específica. Trata-se de considerar os aspectos que condicionam as práticas de delimitação do objeto de estudo e, correlativamente, a construção do campo científico. Assim sendo, destacam-se, também, as definições teórico-metodológicas acerca da tecnologia da informação.

2 REFERENCIAL TEORICO

2.1 Ciência moderna e argumento do conhecimento do criador: construção do campo-objeto de estudo

Preliminarmente, destaca-se que o argumento do criador se refere a um conceito filosófico, segundo o qual o processo de conhecer resulta da capacidade de criação ou de produção daquilo que se conhece, e caracteriza a nova concepção de ciência, a *scientia activa*, prática ou aplicada, nascida no contexto da revolução científica moderna. Ainda que esse argumento tenha um papel limitativo do conhecimento, na visão de Marcondes (2007), passa a ter tradição dominante sobre a ciência a partir do início do período moderno.

Embora Domingues (2004) ressalte a influência do argumento do conhecimento do criador no desenvolvimento da ciência moderna, para Marcondes (2007), desde a filosofia grega antiga, já havia traços de concepção desse argumento, a qual, no entanto, não era considerada uma forma elevada de conhecimento. Em sentido contrário, era vista como inferior em relação ao conhecimento metafísico ou teórico, por este último ser visualizado

como o conhecimento de uma realidade estável, permanente e abstrata, consistindo de formas e princípios. Nesse sentido, condicionamentos e limitações do conhecimento do criador fazem com que o objeto que resulta desse processo seja mutável, imperfeito e, em última instância, perecível, pois depende do produtor e da finalidade para a qual é produzido. Desse modo, apresenta forte característica teleológica.

Ainda segundo Marcondes (2007), de acordo com a tradição metafísica grega, o conhecimento é definido basicamente como verdadeiro enquanto conhecimento de um objeto estável, permanente, de natureza abstrata e autônoma em relação ao próprio processo de conhecimento, embora, no contexto moderno, essa concepção de inferioridade do conhecimento do criador se inverta e este tipo de conhecimento torne-se o paradigma de conhecimento dominante. A rigor, ser capaz de fazer, fabricar e criar torna-se o critério legitimador do conhecimento.

Kuhn (2007) assegura o importante papel da prática, dos fatos empíricos, para referendar a importância de um paradigma científico e, portanto, de suportar suas teorias. Daí, altos investimentos são justificados para a realização de experimentos práticos. Em linha similar de pensamento, Fourez (1995) defende que a ciência tem seu funcionamento num círculo de legitimações recíprocas em que a prática legitima a teoria e a teoria legitima a prática, quer dizer, não há como distinguir onde está o ponto de partida – se nas proposições empíricas; se nas proposições teóricas.

Na visão de Lenoir (2004), os estudos da ciência têm sido definidos mais pela questão prática do que pela teoria. A suposta e tranquila integração entre os trabalhos de teóricos, experimentadores e técnicos tem sido objeto de investigação, uma vez que, em sua percepção, a ciência é desunificada. Da mesma forma, observa-se, na atualidade, forte influência da *téchne* e da *poiesis* em todas as áreas do conhecimento, influenciadas, inclusive, pela estrutura de fomento predominante, que direciona as temáticas a serem estudadas.

A cultura da prática ou, em outros termos, do conhecimento aplicado, acaba por interferir na construção do objeto de pesquisa para determinada área de estudo. Como Bachelard (1996) reafirma, o objeto científico é desenvolvido pela ciência e não advindo simplesmente da natureza. E mais, esse objeto se transmuta quando se relaciona com outros conceitos e objetos. De modo mais preciso, Fourez (1995, p. 49) afirma, literalmente, que “os objetos não são dados em si, independentemente de todo contexto cultural. Contudo, não são construções subjetivas no sentido corrente da palavra, isto é, individuais: é justamente graças a uma maneira comum de vê-los e descrevê-los que os objetos são objetos”.

Ademais, malgrado as discussões acerca dessa relação, por vezes dicotômica, entre teoria e prática, é indispensável considerar que as condições sociais, políticas e econômicas assumem significativa interveniência sobre o campo científico bem como sobre a delimitação dos objetos de estudo. Aqui, vale rememorar o pensamento de Bourdieu (1983), para quem o campo científico é um campo social como outro qualquer, onde o que está em jogo é o monopólio da autoridade científica, ou seja, o reconhecimento sobre a legitimidade em falar e agir quando se trata de certo tema.

Assim, os regimes de verdade foucaultianos apontam para direcionamentos de ações em todas as searas da sociedade, incluindo a científica, impactando, então, sobre campos e objetos de estudos de diversos campos. Com efeito, a comunidade científica é um grupo com seus próprios interesses e que tende a buscar aliados capazes de fomentar suas pesquisas. Na perspectiva de Fourez (1995), a observação é importante para a descrição de um objeto e não existe observação científica meramente passiva ou que se imponha como puro estudo receptivo. A observação pressupõe certa organização de visão, que constitui, em última instância, uma representação teórica, em geral, implícita.

O papel da teoria é de suma importância na observação, na medida em que culmina na descrição de um objeto. Freire e Silva (2012) chamam atenção para a questão do vetor epistemológico bachelardiano, que se constitui na aplicação de teorias na realidade objetiva, sendo que esse vetor epistemológico parte do racional para o real, isto é, do teórico para os fatos e as experiências, num percurso denominado racionalismo aplicado. Esses autores ressaltam a importância de se compreender a Ciência da Informação a partir do racionalismo aplicado, uma vez que a mesma necessita da construção de um objeto que valorize a teoria para aplicação na realidade objetiva.

2.2 Tendências na conformação do campo-objeto na ciência da informação

Ao definir a Ciência da Informação, Borko (1968) faz um interessante arremate ao afirmar que a CI tem tanto um componente de ciência pura, que pesquisa seus fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, no desenvolvimento de produtos e serviços. Quase 50 anos depois, muitas questões são levantadas no tocante ao equilíbrio de distribuição desses dois vieses de pesquisas na área.

González de Gómez (1990) pontua a questão da modernidade, com a conseqüente valorização da ciência como força produtiva, como sendo importante para a compreensão da construção de um objeto de estudo da CI e a definição das orientações de pesquisa na área.

Vários estudos na esfera da Ciência da Informação apontam uma perspectiva teleológica, com forte interesse produtivo e empresarial, na estrutura das pesquisas como recorrente na área. Se, por um lado, a preocupação com o rebatimento prático das pesquisas confere sua maior aceitação perante os grupos, notadamente, junto aos órgãos de fomento, por outro lado, criam-se outros problemas, sobretudo no que diz respeito ao fortalecimento das bases teórico-epistemológicas que garantem a longevidade da área.

Vários são os autores que defendem a reversão desse quadro crítico. Por exemplo, Barreto (1994), há algum tempo, defende ser imprescindível uma estrutura teórica de significado ao termo informação, ou um conjunto de características próprias que delimitem o objeto ou o domínio – informação – na Ciência da Informação. Capurro (2003), por sua vez, procura mergulhar, profundamente, no estudo da epistemologia, levantando questões como a hermenêutica na condição de paradigma epistemológico da Ciência da Informação.

Na visão de González de Gómez (2000), um problema identificado na CI é que ela apresenta uma heurística positiva, porém, não uma heurística negativa, ou seja, consegue-se identificar o que é atinente ao campo, porém, não aquilo que não é. A autora, ora referendada, relaciona informação à sociedade da informação, mostrando a trajetória da Ciência da Informação sob uma ótica social e política, procurando entender como os programas de pesquisa em CI se comportam em relação ao programa da sociedade da informação. Aqui cabe pontuar que é essa sociedade da informação e seu correspondente regime de informação que imprimem os contornos das demandas da pesquisa para o campo.

Na mesma linha, Marciano (2006) defende que, em se tratando da Ciência da Informação, há uma clara necessidade de sua melhor fundamentação sobre alicerces mais estáveis, uma vez que, no viés filosófico-ontológico, o debate centra na identificação e caracterização clara das próprias bases filosóficas dessa ciência. A respeito dos fundamentos epistemológicos da Ciência da Informação referencia-se o campo de estudos filosóficos sobre informação a partir da expressão “filosofia da informação”, e atesta, embora não consensualmente, que a CI é uma filosofia da informação aplicada, como Floridi (2002) e Marciano (2006) argumentam.

Após investigar traços da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil, Marteleto (2009) pontua o caráter nitidamente profissional e aplicado dos estudos da informação, situando suas questões e problemas mais no nível prático-operacional de serviços e sistemas de informação do que no plano epistemológico, histórico e social da geração, circulação e apropriação da informação. A este respeito, é vital lembrar que a pós-graduação em Ciência da Informação, no Brasil, segundo levantamento de Souza (2011), procura localizar-se na

intersecção entre teoria e pesquisa em Ciência da Informação, e as inovações e as soluções tecnológicas para os problemas práticos existentes em diferentes regiões do país. Agrupa, então, sua atuação em três grandes frentes, a saber: científica, profissional e tecnológica.

Ainda de acordo com Souza (2011), ao discutir os elementos que institucionalizam o campo disciplinar da Ciência da Informação, observa-se que o modelo de pós-graduação, iniciado nos anos 90, deixa de privilegiar políticas técnicas e científicas financiadas pelo Estado e passam a vincular ciência e tecnologia (C&T) ao setor produtivo, com a pesquisa fazendo parte de um sistema amplo de inovação, que inclui os setores produtivo e empresarial.

Outros autores, a exemplo de Freire e Silva (2012), argumentam que a Ciência da Informação se configura como ciência aplicada, visando à resolução de problemas informacionais. Acrescentam ser necessário investir na construção de um objeto que valorize os construtos teóricos para aplicação na realidade objetiva.

Observa-se, pois, a partir da posição desses autores, a preocupação de que a *poiesis* esteja ditando os rumos da pesquisa em Ciência da Informação mais do que o desejável e, por que não dizer, criando a cultura de um campo e seu objeto para a área. Logo, tal fenômeno possui o poder de enrijecer as investigações epistemológicas do campo, porquanto o caráter prático das investigações – passando a ser ditadas pelos movimentos da demanda empresarial – passa a ser o elemento central da ciência.

A noção de ação de informação de González de Gómez (1990) parecer ser, pois, de expressivo auxílio para a contextualização do objeto de estudo da Ciência da Informação. Inicialmente, a autora resgata o fato de que os modelos físicos da informação se propunham, em seu tempo, a oferecer o arcabouço teórico sobre o qual se projetariam as leituras descritivas ou técnicas da informação. A partir daí, propõe que um novo olhar coloque a comunicação num campo conceitual mais amplo (do que restrito à esfera linguística, por exemplo), incluindo condições culturais, históricas e sociais dos processos informacionais.

Essas condições sociais, portanto, que antes eram considerados fatores externos ao processo de geração e uso do conhecimento / informação, agora, devem ser encarados como parte das condições iniciais do processo. O fato é que “uma prática ou ação de informação implica, além de competências linguísticas, outras competências cognitivas ou comunicacionais, sempre particularizadas no exercício de atores que as praticam sob as regras das lógicas de solidariedade ou de conflito” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1990, p. 119), que, em última análise, se encontra inscrita num regime de informação específico.

2.3 Fundamentos da tecnologia na conformação do campo-objeto da ciência da informação

Em que pesem as questões sociais e políticas que tenham conduzido a pesquisa e a institucionalização da Ciência da Informação a um direcionamento maior ao setor produtivo, Saracevic (1996) já afirmava, desde sempre que esse campo se construiu em torno de um problema informacional e de suas respectivas propostas de solução.

Vannevar Bush, cientista do *Massachusetts Institute of Technology* e chefe do esforço científico norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial, resume os acontecimentos intervenientes na origem da CI. Em síntese, Bush definiu um problema crítico, que estava por muito tempo na mente das pessoas, e propôs uma solução. Basicamente, o problema era o crescimento exponencial da informação e de seus registros, particularmente, em C&T. A solução, por ele proposta, previa o uso das então incipientes tecnologias de informação para resolver o referido problema.

No Brasil, em especial, a origem da Ciência da Informação é revisitada por Oddone (2006), resgatando-se os esforços empreendidos por Lydia de Queiroz Sambaquy na criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), transformado em 1976, no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Como em outras partes do mundo, era o momento de enfrentar a explosão informacional mediante a atualização de tecnologias, metodologias e procedimentos relacionados com o tratamento e com a organização da informação. Embora ainda não houvesse mudança do regime de informação à época, na medida em que o modelo estatal mantinha grande força, várias experiências mundiais de renovação de trabalhos de bibliografia e documentação foram reconhecidas e estudadas por Lydia Sambaquy, para lhes servir de fonte de inspiração.

A tecnologia esteve, pois, desde o início, impactando no campo disciplinar da Ciência da Informação. Se grandes avanços tecnológicos aconteceram nas últimas décadas – e cada vez mais passam a se tornar indispensáveis à conformação da vida, tal como esta vem se estruturando a partir deles –, é essencial, para a consolidação da CI, deslocar seu objeto de estudo de problemas informacionais mais imediatos para o patamar teórico desejável e necessário. Dizendo em outras palavras e como antes discutido, vários autores detectam na pesquisa em Ciência da Informação um viés fortemente teleológico. Além disso, observando-se as características da atual sociedade da informação, vê-se que, nessas condições, o objeto material da CI, o empírico, aquele que é dado, tende a absorver o objeto formal da área, o teórico, aquele que é construído. Não obstante a essa constatação, também Kobashi e Tálamo

(2003) advogam a favor da importância da elaboração conceitual para a apreensão acurada em torno do objeto de estudo da Ciência da Informação.

Para Marteleto (2009), registra-se séria transição nas últimas décadas de um regime de informação fundamentado pela ação do Estado para outro, orientado para o mercado, a partir do qual se percebe que a questão da informação e do conhecimento move-se das esferas estatal, pública, educacional e científica para o domínio empresarial, privado, econômico e tecnológico. Neste caso, observa-se que a temática do conhecimento e sua gestão em diferentes ambientes organizacionais adquirem especial relevância. Tal regime, erguido basicamente pelo setor produtivo e empresarial, estabelece uma nova ordem para as pesquisas.

É importante não perder de vista que o setor produtivo, interessado nos ganhos de produtividade que a tecnologia lhe pode proporcionar, aumenta drasticamente o interesse rumo ao seu consumo. O aumento expressivo do uso de computadores nas empresas após a Segunda Guerra Mundial, seguido do alastramento do uso de uma multiplicidade de redes eletrônicas de informação e de comunicação, ênfase para a internet, geram uma demanda estrondosa por produtos tecnológicos e por conhecimentos capazes de aperfeiçoá-los.

A força impulsionadora da tecnologia sobre a sociedade é amplamente discutida por Castells (2000), ao discorrer sobre o novo paradigma tecnológico baseado na informação. O autor compara, em termos de importância, a atual revolução da tecnologia da informação à Revolução Industrial do século XVIII. O registro histórico das revoluções tecnológicas atesta que todas se caracterizam por sua penetrabilidade social e o processo atual de transformação tecnológica – cujo cerne é a tecnologia de informação – expande-se, exponencialmente, num mundo que se tornou digital. As tecnologias da informação difundem-se pelo globo com a velocidade da luz em menos de duas décadas, entre meados de 70 e 90.

Por volta dos anos 90, no Brasil, segundo Marteleto (2009), após a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), começa-se a pensar a ciência mais fortemente vinculada ao setor produtivo. A pesquisa passa a ser vista como parte integrante de um sistema amplo de inovação, incluindo os setores produtivo e empresarial. O novo modo de produção científico caminha para um modelo mais pragmático, interdisciplinar e correlacionado com os interesses comerciais e empresariais muito mais do que antes.

Corroborando com a ideia do círculo de legitimações recíprocas de Fourez (1995) para a ciência, na visão de Castells (2000), a atual revolução tecnológica, baseada nas tecnologias de informação, está caracterizada não pela centralidade da informação e / ou do conhecimento *per se*, mas, sim, pela aplicação dessas informações e desses conhecimentos para a geração de

novos saberes e de dispositivos de processamento e comunicação da informação, num ciclo de retroalimentação cumulativo entre inovação e uso.

As tecnologias de informação adquirem papel elevado na sociedade da informação por se imiscuírem, em grande medida, na modelagem cognitiva das pessoas, produzindo, em última análise, novas condições de produção e transformação da realidade social.

As novas tecnologias da informação e da comunicação já não são meros instrumentos no sentido técnico tradicional, mas feixes de propriedades ativas. [...] As tecnologias tradicionais serviam como instrumentos para aumentar o alcance dos sentidos (braço, visão, movimento, etc.), enquanto que as [...] tecnologias ampliam o potencial cognitivo do ser humano (cérebro / mente), possibilitando mixagens cognitivas complexas e cooperativas (ASSMANN, 2000, p. 9).

Baseado nessas constatações é que Kobashi e Tálamo (2003) afirmam que a tecnologia chega a ser elemento conceitual constitutivo do *corpus* epistemológico da Ciência da Informação, não sendo mais possível a pesquisa de procedimentos informacionais fora dessa perspectiva. Diante desse quadro de condições gerais e específicas, Souza (2011) reitera haver, na literatura da área, um frenesi em relação às novas linguagens e tecnologias que, por vezes, tornam opacas as bases teóricas da constituição do campo disciplinar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho empreende reflexão acerca da influência do novo regime de informação, marcado pela presença de novos atores como mercado e setor produtivo, com suas expressivas demandas tecnológicas, no corpo constitutivo do campo-objeto de estudo da Ciência da Informação, que se evidencia, especialmente, pelos objetos e delimitações escolhidas para as pesquisas da área.

O novo enquadramento da questão do conhecimento e da informação, embalado pelo novo regime de informação, conforme argumentação de Marteleto (2009), apresenta novos atores e, por conseguinte, traz novas questões e desafios para a pesquisa em Ciência da Informação em geral. Com efeito, um regime de informação é reconhecido, segundo González de Gómez (2002), por suas linhas de força dominantes, definindo quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais, bem como quais são os meios e recursos preferenciais de informação. Enfim, determina quais são os padrões de excelência e modelos de organização dentro de variáveis espaciais e temporais, de questões culturais e de relações de poder.

Isto posto, e levando-se em consideração as afirmações de Bourdieu (1983) acerca do campo científico, quando o compara a um campo social qualquer, regido por forças políticas, assegura-se que, da mesma forma que um regime de verdade direciona os interesses de pesquisa em qualquer área, os contornos de um regime de informação vão conduzir os interesses de pesquisa em áreas que lidem com a informação, dentre as quais se destaca a Ciência da Informação. Tal seguimento é entendido inclusive como desejável pelos programas de pesquisa nacionais em CI, tendo em vista que colocam como proposta, através do posicionamento de seu órgão máximo – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) – por ocasião do IV Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG), um ponto relativo ao setor produtivo e à política industrial corroborando tal prática.

Mais e mais, a Ciência da Informação adere à proposta da ciência moderna – influenciada pelo argumento filosófico do conhecimento do criador – de se alinhar ao conhecimento prático ou aplicado, dando menor espaço ao teórico-epistemológico. Em se atestando uma mudança no regime de informação, principalmente a partir dos anos 90, em que o foco passa do Estado ao setor privado, com entrada de novos atores como mercado e setor empresarial, o conhecimento aplicado passa a ser, conseqüentemente, o mais desejado e, portanto, o mais valorizado.

A pujança da revolução da tecnologia da informação com crescimento exponencial irrefreável e alta penetrabilidade na sociedade estimulam o interesse por pesquisas em informação com viés tecnológico, retraindo o espaço daquelas que se ocupam do *corpus* teórico tão essencial à consolidação da área. Como González de Gómez (1990) assegura, um dos principais problemas em matéria de informação não está na questão tecnológica, mas em normas, regras e obrigações recíprocas que orientam as práticas e ações de informação. Carece-se, pois, de uma incursão mais aprofundada nessa seara, uma vez que o objeto de estudo da Ciência da Informação tem característica interdisciplinar e, frente a outras áreas já mais consolidadas, aquela está arriscada a ter suas conquistas disciplinares constantemente e / ou amplamente questionadas.

Tomando como referência o círculo das legitimações recíprocas de Fourez (1995) e o entendimento de Marteleto (2009) sobre a importância de unir teoria e prática, considerando que a vitalidade de um campo de saber deve ser dimensionada pela qualidade e amplitude de sua produção de conhecimentos, pelo seu desenvolvimento tecnológico e pela interatividade entre pesquisa, educação e ambientes da prática, conclui-se ser natural que qualquer área do

conhecimento tente equilibrar suas conquistas entre teoria e prática de forma a justificar sua importância científico-social.

No entanto, em que pese a força do novo regime de informação, que por suas próprias características de atendimento às necessidades do setor produtivo guiado pela velocidade das mudanças decorrentes da estonteante revolução da tecnologia da informação, à área cabe fortalecer as discussões no plano epistemológico, histórico e social das questões da informação como forma de garantir perenidade aos conhecimentos dela nascidos e à sua teoria fundante. Pois, como Barreto (1997) afirma, quando a CI enfatiza em suas análises a tecnologia da informação, impede, em certa medida, que seja promovida a construção de sua dimensão teórica.

Logo, o papel da ANCIB é de fundamental importância, não só por apresentar as propostas da área para atualizações do PNPG, como ocorrido, conforme Marteleto (2009), por ocasião da elaboração do IV PNPG mais recentemente, com uma proposta da área em se aproximar mais das questões problemáticas presentes na sociedade brasileira, em especial no setor produtivo, como também de levar propostas de fortalecimento de outro tipo de pesquisa. Neste caso, pesquisas não necessariamente vinculadas a aplicações práticas na sociedade ou no setor produtivo, mas que auxiliem o fortalecimento teórico-epistemológico da área.

Cabe às associações de pesquisa dos diversos ramos do saber, incluindo as da Ciência da Informação, definir, em conjunto com as agências de apoio e fomento à pesquisa do país, a saber, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), as agendas de pesquisa de cada campo. É essencial argumentar junto a essas instituições sobre o melhor posicionamento das especializações em suas respectivas tabelas de áreas, uma vez que parece ser mais apropriado que a área – onde se situam aqueles que se dedicam às temáticas e aos problemas de pesquisa – esclareça aos órgãos reguladores sobre os posicionamentos e contextos da própria área, do que o contrário, como costuma ocorrer.

Considerando as consequências da dupla heurística da Ciência da Informação, definida por González de Gómez (2000), a partir do fortalecimento do *corpus* teórico disciplinar, é possível estabelecer condições indispensáveis para autêntica discussão interdisciplinar, uma vez que sua própria identidade não entra em questão. Ademais, destaca-se que o diferencial, ao se estudar a informação, na Ciência da Informação, não está em fazê-lo focalizando algum aspecto específico, como em outras áreas, mas em fazê-lo em seu ápice, que é na interação entre informação e conhecimento, no limite da criação do conhecimento, o que condiciona o uso ótimo, ideal desse recurso. Trata-se de estudar a informação como fenômeno capaz de

mudar os estados de conhecimento, de forma holística e em sua essência. Em toda tessitura de suas argumentações sobre a informação, Barreto (2002) defende que a melhor explicação sobre a condição da informação está naquilo que relaciona informação com conhecimento.

Um retorno aos fundamentos, como advoga Brookes (1980), necessita ser valorizado em detrimento da avidez em se atender às demandas práticas impostas pelo novo regime de informação, de maneira que a área fortaleça sempre mais, dentro e fora de seus limites, o *status* científico que lhe é de direito.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/247/1704>>. Acesso em: 14 maio 2015.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARRETO, A. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002.

_____. Perspectivas em Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v.21, n.2, p. 155-166, 1997.

_____. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, out. / dez. 1994.

BORKO, H. Information Science: what's it? **American Documentation**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BROOKES, B. C. The foundations of information science. **Journal of Information Science**, Toronto, v. 2, n. 3 / 4, p. 125-133, 1980.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 14 maio 2015.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2000.

DOMINGUES, I. Formas de racionalidade e estratégias discursivas nas Ciências Humanas na contemporaneidade. In: _____. **Epistemologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Loyola, 2004.

FLORIDI, L. On defining library and information Science as applied philosophy of information. **Social Epistemology**, [S. l.], v. 16, n.1, p. 37-49, 2002. Disponível em: <<http://www.philosophyofinformation.net/publications/pdf/isaspi.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2015.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2005a.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005b.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.

FREIRE, G. H. de A.; SILVA, J. L. C. A configuração do campo da Ciência da Informação: marcas de uma identidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, número especial, p. 161-174, 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/13775/8216>>. Acesso em: 14 maio 2015.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE / ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23., 1995. Edmonton. **Electronic Proceedings**... 14 f. Disponível em: <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v.15, n.1, p.31-43, 2003.

_____. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 6, out. 2000. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez00/Art_03.htm>. Acesso em: 11 abr. 2014.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002.

_____. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul. / dez. 1990.

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, edição especial, p. 7-21, set. / dez. 2003.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LENOIR, T. A disciplina da natureza e a natureza das disciplinas. **Instituindo a ciência**: a produção cultural das disciplinas científicas. São Leopoldo: USININOS, 2004. p. 62-98.

MARCIANO, J. L. P. Abordagens epistemológicas à Ciência da Informação: fenomenologia e hermenêutica. **Transinformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 181-190, set. / dez. 2006.

MARCONDES, D. O argumento do conhecimento do criador como argumento cético. **Sképsis**, [S. l.], ano 1, n. 2, p. 37-60, 2007.

MARTELETO, R. M. A pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: marcos institucionais, cenários e perspectivas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 19-40, 2009.

ODDONE, N. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a Ciência da Informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan. / abr. 2006.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origens, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan. / jun. 1996.

SOUZA, E. D. **A epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação**: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar. Belo Horizonte, 2011. 346 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

_____. A institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: elementos disciplinares do campo científico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, número especial, p. 49-64, 2012.